



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

Santa Maria, RS, Brasil, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Felipe Martins Müller
Reitor

Dalvan José Reinert
Vice-Reitor

Maria Alcione Munhoz
Chefe de Gabinete

André Luiz Kieling Ries
Pró-Reitor de Administração

José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

João Rodolpho Amaral Flôres
Pró-Reitor de Extensão

Orlando Fonseca
Pró-Reitor de Graduação

Valmir Brondani
Pró-Reitor de Infraestrutura

Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Planejamento

Hélio Leães Hey
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Vania de Fátima Barros Estivalet
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

CENTRO DE EDUCAÇÃO

Helenise Sangoi Antunes
Diretora do Centro de Educação

Ane Carine Meurer
Vice-Diretora do Centro de Educação

A primeira Comissão de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação foi constituída em 25 de agosto de 2006, conforme Portaria nº 45/2006, expedida pela Direção do Centro. Após um longo período de discussão e formulação do projeto, em 2012 a Direção do CE deu encaminhamento aos trabalhos de organização e finalização do texto do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação (PPP/CE). A equipe de organização e redação final do PPP/CE foi constituída pela diretora do Centro, profa. Helenise Sangoi Antunes, pela vice-diretora, profa. Ane Carine Meurer, e pelas servidoras Adriana Monfardini (Técnica em Assuntos Educacionais) e Bruna Pereira Alves Fiorin (Pedagoga). A equipe contou também com a colaboração de professores do CE, que forneceram informações relevantes ou contribuíram com a redação do texto mediante criteriosa leitura.

A todos os colaboradores, nosso sincero agradecimento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 BREVE HISTÓRICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

3 PRESSUPOSTOS E PERSPECTIVAS

3.1 GESTÃO

3.2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.4 INTERAÇÕES SOCIAIS

4 METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

CONSIDERAÇÕES PARA UM REINÍCIO PRÓXIMO

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

A implementação de um projeto político-pedagógico próprio é condição para que se afirme ou se construa simultaneamente a identidade da instituição como espaço pedagógico necessário à produção do conhecimento (BUSSMANN, 1995). Considerando essa perspectiva, a comunidade do Centro de Educação (CE) propôs-se a construir seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), a fim de reforçar a identidade do Centro como espaço pedagógico, político, voltado à educação e, principalmente, à formação de professores.

O Centro de Educação é uma unidade de ensino que almeja formar professores críticos e reflexivos, que defende junto às escolas a importância de se ter um projeto político-pedagógico, que incentiva as instituições de ensino e seus professores a reformularem seus PPPs, adequando-os à realidade da sua comunidade. Sendo assim, é fundamental que este Centro também construa esse documento orientador.

Acreditamos que “Tão essencial quanto construir um projeto pedagógico próprio é cultivá-lo como fonte de inspiração criativa e crítica, não como depósito estático de ideias ou pretexto corporativista de autodefesa contra críticas e divergências” (BUSSMANN, 1995, p. 39). Dessa forma, pensamos que o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação (PPP/CE) precisa estar em constante atualização e reformulação, já que compreendemos o projeto como processo sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos (BUSSMANN, 1995). Nesse sentido, é preciso adequar esse documento às mudanças e necessidades do Centro, de seus cursos e de sua comunidade acadêmica.

Para a construção do PPP/CE, foi tomada como premissa a ideia de que, para pensá-lo, é preciso saber de onde viemos e para onde queremos ir, não esquecendo que o projeto político-pedagógico “aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente” (VEIGA, 1998, p. 13). Por isso, o PPP/CE constituiu-se como projeto a ser pensado e repensado por toda a comunidade do CE, ou seja, pelo

conjunto dos seus segmentos – professores, técnicos administrativos, estudantes e colaboradores externos –, já que

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações [...], diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1995, p. 13-14)

Nesse sentido, é importante que o PPP seja “construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo” (VEIGA, 1995, p. 13). É somente nessa inter-relação que as diferenças podem emergir e se confrontar para, a partir daí, surgirem alternativas que levem a um consenso possível.

Ressaltamos, ademais, a importância de se compreender que um PPP é um projeto eminentemente político, já que todos nos constituímos em meio a relações que são, em última instância, políticas. Entendemos que a atitude política e questionadora deve nortear as ações/relações no CE, possibilitando à comunidade do Centro um posicionamento mais crítico frente às questões relativas à educação.

A atitude política é capaz de repensar os processos de aprendizagem nos diferentes contextos de formação, e sem que isso represente pensar apenas a finalidade específica de cada um. É a atitude questionadora que fará com que nos perguntemos, num processo constante de compreensão, sobre os paradoxos, sobre os consensos estabelecidos, e dificilmente rompidos, sobre as nossas ações/relações, sobre as racionalidades dificilmente explicitadas no seu todo, sobre os espaços-tempos, sobre a nossa história, sobre a democracia que estamos ajudando a reconstruir. (MEURER, 2003, p. 308-309)

O documento que ora se apresenta está organizado em quatro partes. Parte-se de “Um breve histórico do Centro de Educação”, em que se descreve a trajetória deste Centro, desde sua criação até o momento atual (2012). No segundo capítulo, procura-se reconstituir o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico do CE. No capítulo seguinte, apresentam-se os pressupostos do CE em relação a aspectos fundamentais desta unidade de ensino – gestão; ensino, pesquisa e extensão; avaliação institucional e

interações sociais –, bem como as perspectivas da comunidade em relação a essas questões. No último capítulo, apresentam-se as metas do CE e as estratégias de ação propostas para atingi-las.

Este documento pretende se estabelecer como referencial que oriente as ações da comunidade do CE e aponte possibilidades para o futuro do Centro como um todo. Ainda que seja fruto de um consenso provisório, esperamos que este PPP, construído pela coletividade, sirva de ponto de partida para um processo de contínuo repensar de nossas práticas e de nossos objetivos como centro de ensino.

1 BREVE HISTÓRICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

Para melhor compreendermos a história do Centro de Educação, é preciso remetermo-nos à história da Universidade a partir de sua criação mediante a Lei nº 3834-C, de 14 de dezembro de 1960. A fase anterior da história da Universidade corresponde à criação de faculdades isoladas, desde a década de 1930 até a década de 1950, quando preenche os requisitos necessários à transformação em universidade. O período de 1960 a 1965 é a fase da USM – Universidade de Santa Maria, que, com a sua federalização por meio da Lei nº 4959/1965, passa a denominar-se Universidade Federal de Santa Maria.

Em seu ato de criação, a USM se constituiu de um aglomerado de estabelecimentos isolados: o Instituto Eletrotécnico, do Centro Politécnico, e as faculdades de Farmácia, de Medicina e de Odontologia eram públicos; a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira e as faculdades de Direito, de Ciências Políticas e Econômicas e de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) eram privadas.

É na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, instalada em 1955 e agregada com a criação da Universidade em 1960, que começam os cursos de formação de professores e, em especial, o Curso de Pedagogia, ofertados desde 1961 até 1964. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USM foi criada pela Lei nº 3958, de 13 de setembro de 1961, mas foi instalada só em março de 1965, com os cursos de Geografia, História, Matemática, Química, Filosofia, História Natural, Letras, além da Pedagogia, que continuou a utilizar as instalações da FIC até 1969, quando foi transferida para o campus da UFSM, no prédio da Agronomia.

A Reforma Universitária de 1968 levou à reestruturação da UFSM¹, a partir do que as faculdades e os institutos deram lugar aos centros de ensino e departamentos. Assim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desestruturada e dividida entre os novos centros: o Centro de Estudos Básicos e

¹ Decreto nº 66.191, de 6 de fevereiro de 1970, que aprovou Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Maria.

os sete centros de formação profissional, entre os quais o Centro de Ciências Pedagógicas (conforme Estatuto da UFSM/1970).

Em 1969, um Convênio Multinacional entre a OEA e o MEC para a criação de um Curso de Formação de Especialistas em Currículo para a América Latina na UFSM respondia ao sonho acalentado pelo professor José Mariano da Rocha Filho de criar uma “Universidade das Américas”. O Projeto Multinacional resultante do acordo OEA/MEC/UFSM ficou conhecido como Faculdade Interamericana de Educação, que começou a funcionar em janeiro de 1970 e se encerrou em julho de 1977, constituindo-se no primeiro Curso de Mestrado da UFSM, origem do atual Programa de Pós-Graduação em Educação do CE, e também o primeiro mestrado das universidades federais do Brasil.

Em 1978, uma nova reestruturação da UFSM extingue o Centro de Estudos Básicos e cria o Centro de Ciências Naturais e Exatas. Outros centros também sofrem alterações estruturais e de denominação, entre eles, o Centro de Ciências Pedagógicas, que passa a denominar-se Centro de Educação, segundo o Estatuto da UFSM/1978, aprovado pela Portaria nº 433/1978/MEC.

O Centro de Ciências Pedagógicas (1970 a 1977) reduzia-se ao Curso de Pedagogia, ao Departamento de Educação e ao Curso de Pós-Graduação em Educação (Mestrado). Já a nova estrutura do Centro de Educação (conforme Resolução nº 14/1978/UFSM) torna-se mais complexa: é extinto o Departamento de Educação e são criados os quatro departamentos atuais: de Administração Escolar (ADE), de Educação Especial (EDE), de Fundamentos da Educação (FUE) e de Metodologia do Ensino (MEN). O curso de licenciatura curta em Educação Especial, criado em 1976, é transformado em Curso de Educação Especial – Deficientes Mentais – Licenciatura Plena e incorporado ao organograma, e são criados dois órgãos suplementares: o Colegiado Especial das Licenciaturas e o Serviço de Orientação Educacional.

Com o fim do Convênio com a OEA, o Curso de Pós-Graduação em Educação foi reformulado, conforme Parecer nº 178/1977/CEPE, para se adequar às exigências da CAPES. A área de concentração em Currículo é mantida, e é criada uma nova área, em Metodologia do Ensino. O Curso é credenciado pelo Parecer nº 493/1980/CFE. Em 1981 é reconhecido o Curso

de Formação de Professores em Educação Especial (Portaria nº 141/1981/MEC).

No período de 29/09/77 a 12/04/82, o Centro de Educação é dirigido pelo professor Olindo Antonio Toaldo. Ainda em sua gestão, em 1981, têm início as atividades do Centro de Atendimento Complementar em Educação Especial –CACEE, que atuou até 1994, quando deu lugar ao NEPES. O CACEE atendia a comunidade de Santa Maria e região da 8ª CRE e constituía um campo de estágio para os acadêmicos do Curso de Educação Especial. O setor contava com duas equipes multiprofissionais – formadas por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e psiquiatra – que atendiam a clientela na área auditiva e mental.

Na gestão do professor Paulo Danton Ferreira Benites, de 14/05/82 a 15/05/86, o Estatuto da UFSM sofre novas alterações, que refletem a expansão da instituição, mas não resolvem a questão estrutural criada pela reforma universitária, centrada na dicotomia departamento/curso. A expansão da UFSM é representada pela criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, bem como de órgãos suplementares.

No Centro de Educação é autorizado, em regime especial, o projeto para o funcionamento da habilitação em Supervisão Escolar, do Curso de Pedagogia (Decreto Lei nº 464/1969 – Parecer nº 196/1982). Em 1983, são reconhecidas as habilitações Administração Escolar em Escola de 1º Grau, Supervisão Escolar em 1º Grau, Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau e Administração Escolar em Escola de 2º Grau, no Curso de Pedagogia ministrado no campus da UFSM em Roraima.

Em 1985, é implantado oficialmente, como órgão suplementar setorial do CE, o Laboratório de Ensino e Instrução (LEICE), e é aprovado o Plano de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* para formar especialistas em Educação nas áreas de Administração, Supervisão e Orientação Educacional (Parecer nº 818/1986/CFE). Também é renovado o credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) nas áreas de Metodologia do Ensino e Currículo.

No período 20/05/86 a 20/05/90, a direção do CE fica sob a responsabilidade dos professores Alceno Ferri e Vitalino Cesca, diretor e vice-diretor, respectivamente. O contexto político nacional é agitado pelo processo

constituente e conseqüente aprovação da nova Constituição em 1988. Na Universidade, é aprovado o Regimento Geral em 1988. Na comunidade universitária, divergências no Movimento Docente levam à criação de uma Seção Sindical vinculada à ANDES/Sindicato Nacional, em separado da Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM).

No Centro de Educação, é aprovado e amplamente divulgado o *Plano de Gestão: Objetivos e Diretrizes do Centro de Educação para 1987/89*. O plano foi estruturado em cinco áreas: ensino, pesquisa, extensão, administração e assuntos estudantis² (conforme Ata 158/1987). Em 1989 é criado o Curso de Pós-Graduação em Educação, em nível de Especialização, nas Áreas de Administração, Supervisão Escolar e Orientação Educacional (Parecer nº 1/1989/CEPE e Parecer nº 6/1989/CONSU).

Na gestão dos professores Clovis Renan Jacques Guterres e Reinoldo Marquezan, eleitos para o período de 21/05/90 a 21/05/94, o processo de eleição democrática, tanto para reitor como para diretores de centro, já se consolidara. Três chapas concorrem à direção do CE, propiciando um amplo e produtivo debate. A proposta vencedora se intitulava “Subsídios para Elaboração de um Projeto Político-Pedagógico para o Centro de Educação” e se alicerçava em quatro princípios norteadores: 1) defesa da universidade pública; 2) defesa de instituições educativas adequadas à realidade social; 3) defesa da gestão democrática e participativa; 4) defesa da qualidade das instituições educativas.

No decorrer do ano de 1990 é elaborada uma análise diagnóstica do CE, apresentada no início de 1991, revelando o nível de ocupação da força de trabalho dos departamentos com as atividades-fins e administrativas, e a diferença entre a carga horária mínima dos currículos dos cursos e o

² As cinco áreas estavam assim detalhadas:

1) Área de Ensino: 1.1) Promoção do Aperfeiçoamento dos Cursos do Centro de Educação e a Formação Pedagógica nas Licenciaturas; 1.2) Integração com o Sistema de Ensino;
2) Área de Pesquisa: 2.1) Incentivo à Formação e Produção Científica; 2.2) Orientação da Pesquisa para as Necessidades Regionais;
3) Área de Extensão: 3.1) Integração da Extensão com o Ensino e a Pesquisa; 3.2) Orientação da Pesquisa para as Necessidades Regionais;
4) Área de Administração do Centro de Educação: 4.1) Administração Acadêmica; 4.2) Aperfeiçoamento dos Sistemas e Métodos Administrativos; 4.3) Desenvolvimento de Recursos Humanos; 4.4) Utilização dos Recursos Físicos e Materiais;
5) Área de Assuntos Estudantis: Complementação na formação acadêmica dos estudantes do Centro de Educação.

excedente. Essa análise subsidia a discussão e a aprovação do Plano Político-Pedagógico em 7 de junho de 1991, conforme Ata nº 221 do Conselho do CE.

O Plano apresentava as metas do CE para o período, dividindo-se em seis partes, referentes às políticas de ensino, pesquisa, assuntos estudantis, extensão, administração e capacitação de pessoal. Os principais resultados do processo de construção e implementação do Plano Político-Pedagógico podem ser resumidos em: realização de um diagnóstico realista do Centro de Educação e sua utilização na construção do PPP, assim como sua implementação e revisão periódica. O relatório das atividades desenvolvidas no período 90/94 foram sintetizadas no Jornal do Centro de Educação referente ao primeiro semestre de 1994.

Durante esse período foi elaborado o Regimento do CE (04/06/91) como decorrência da aprovação do Regimento Geral da UFSM, em 1988. Em 1991 é criado o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial, em nível de Especialização (conforme Parecer nº 21/1992/CONSU). Foi implementado o Curso de Doutorado em Educação, em Convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (conforme Organograma da UFSM – 1991). Além disso, foi elaborado um projeto de criação de uma Escola de 1º e 2º graus, que legalizaria a Creche Ipê Amarelo e se constituiria em espaço de prática para os alunos dos cursos do CE. O projeto foi amplamente discutido pela comunidade do CE, mas não foi aprovado.

Com o fim do mandato do professor Clovis Guterres, o professor Reinoldo Marquezan, na condição de vice-diretor, assume a direção no período de 21/05/94 a 26/07/94³, quando assume a chapa constituída pelos professores Ricardo Rossato e José Luiz Padilha Damilano. Com a aposentadoria do professor Rossato, o professor Damilano assume em 24/04/96 e convoca eleições. A professora Neide Uchoa Xavier vence as eleições, mas o processo não é validado, em consequência da proporcionalidade não estar adequada à nova legislação. A professora Neide, como coordenadora mais antiga no Conselho do Centro, assume *pro tempore*, em 24/07/96, permanecendo no cargo até 11/08/97, quando se aposenta. O professor Damilano assume interinamente no período de 12/08/97 a 05/10/97 e

³ A eleição/nomeação do diretor e do vice não era concomitante.

convoca eleições. São eleitos para diretor e vice, respectivamente, o professor Jorge Luiz Cunha e a professora Ana Luiza Ruschel Nunes.

A nova direção do CE assume em 6/10/97 e é reeleita em 2001, permanecendo, portanto, por dois mandatos consecutivos na direção do CE, até 6/10/2005. Durante esse período é concluído e inaugurado o prédio do CE e efetivada a mudança, em 1999. Compartilham do prédio o Curso de Biologia, do Centro de Ciências Naturais e Exatas, e o Curso de Letras, do Centro Artes e Letras.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) passa por reformulações, prevendo a abertura de um Curso de Doutorado em Educação, já que o convênio com a UNICAMP havia sido encerrado. O Regimento do CE é mais uma vez reformulado. São reorganizados os núcleos de pesquisa e de ensino – Núcleo Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (NIEPE), Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEPES), Núcleo de Educação em Ciências (NEC) e Núcleo de Educação a Distância (NEAD) –, assim como é organizado o arquivo permanente do CE. A Biblioteca Setorial sofre reformulações quanto a sua estrutura administrativa e condições de funcionamento, tendo seu acervo mais do que duplicado nessa gestão. Além disso, no campo da assistência estudantil, é criado o Ânima, setor de atendimento pedagógico, psicopedagógico e psicológico extensivo a toda a comunidade da UFSM.

Nesse período, também se franqueou acesso à internet para todos os computadores do Centro, disponibilizando os recursos tecnológicos tanto para a graduação como para a pós-graduação. A criação do Laboratório de Informática do CE (LINCE) permitiu o acesso dos estudantes aos recursos da computação e viabilizou a instituição de um programa permanente de assessoria e apoio ao uso de recursos computacionais e outras tecnologias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do CE.

No que tange à ampliação de vagas e à oferta de cursos, as novidades foram a criação do Curso de Pedagogia Noturno e do Curso de Educação Especial a Distância. A criação do Curso de Educação Especial a Distância foi o que deu início na UFSM à oferta de cursos nessa modalidade e veio acompanhada da criação de um Núcleo de Educação a Distância e de laboratórios de produção de materiais didáticos e de ensino.

A avaliação institucional ganhou especial atenção com a criação da Comissão de Avaliação Institucional (CAICE), que, de forma pioneira na UFSM, passou a cuidar desse importante aspecto da vida universitária no CE. Quanto à extensão, realizou-se nesse período um enorme esforço para institucionalizar as atividades nesse campo, com a criação do Núcleo de Atividades Especiais de Extensão e Serviços (NAEES).

Em 06/10/2005 tomam posse as professoras Maria Alcione Munhoz e Helenise Sangoi Antunes, eleitas respectivamente diretora e vice-diretora do CE. Juntas, sistematizam o plano de gestão assumido em 2005, tendo como prioridades: o fortalecimento da pós-graduação; a melhoria e a expansão da graduação; a ampliação e a qualificação do espaço físico; a elevação do IDR do CE; o incentivo à participação em eventos científicos na área de atuação da comunidade do CE – docentes, alunos e técnicos administrativos em educação; a humanização das relações interpessoais no CE; e a reelaboração do Plano Político-Pedagógico do CE.

As atividades encaminhadas seguiram um perfil de realização compartilhada, com decisões balizadas por sugestões, em sua maioria, provenientes do corpo docente, discente e técnico-administrativo em educação. Nessa gestão, oficializou-se a criação do Doutorado e foram expandidos os cursos a distância em nível de graduação e especialização. Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciou-se a construção de um prédio novo, anexo, para comportar os novos cursos: Licenciatura em Educação Especial Noturno e Programa Especial de Graduação de Formação de Professores, na modalidade presencial.

Durante esse período, a ideia de construção de um novo Projeto Político-Pedagógico para o CE foi ganhando corpo. O documento intitulado “Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação (Documento em construção – Versão preliminar)”, produzido em 2009 a partir de debates, serviu de base para as discussões posteriores.

Em 06/10/2009, foram empossadas as professoras Helenise Sangoi Antunes e Ane Carine Meurer, respectivamente como diretora e vice-diretora do Centro de Educação. A nova direção investiu na conclusão do prédio anexo, equipou-o com computador, projetor multimídia (*datashow*), rede de internet

sem fio (*wireless*) e condicionador de ar *split* em todas as salas, inaugurando-o em 6 de dezembro de 2010. Na mesma data, reinauguraram-se os Laboratórios de Metodologia de Ensino, que haviam passado por reformas. Essa gestão se propôs a efetuar melhorias na infraestrutura do Centro de um modo geral, inclusive com a criação de espaços de convivência no CE e a inauguração do Jardim das Esculturas e de um novo Jardim próximo ao Auditório Maximum do CE (Audimax).

A direção também reforçou seu apoio incondicional à qualificação do corpo docente, discente e técnico-administrativo do Centro, e buscou a aproximação dos cursos ofertados nas modalidades presencial e a distância. Nesse sentido, tentou implantar o Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (presencial e a distância) do Centro de Educação⁴, para que, num trabalho articulado envolvendo a Comissão de Avaliação Institucional, os gestores do Centro e a comunidade acadêmica, e levando em conta o Plano de Gestão e o Projeto Político-Pedagógico do CE, fosse possível promover discussões para qualificar ainda mais as ações de ensino, pesquisa e extensão do Centro de Educação.

Nessa gestão, foi efetivada a institucionalização da Creche Ipê Amarelo (2011)⁵ e aprovada a criação do curso de Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede (2012). A criação de novos cursos de mestrado profissional vem sendo incentivada e apoiada pela Direção, que também buscou a aprovação da ampliação do espaço físico do CE, com a permuta do Anexo do CE com o Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE) e a construção de dois prédios anexos, um reservado a salas de aula, já licitado, e outro a salas multiuso e um novo auditório, em negociação com a Reitoria e SESU/ MEC (cfe. Processo n. 00063.006216/2012-96 SESU/MEC).

⁴ Posteriormente, um fórum semelhante foi instituído pela Prograd, envolvendo os coordenadores de cursos presenciais de toda a UFSM.

⁵ De 1989 a 2002, o Ipê Amarelo funcionou como Núcleo de Educação Infantil, desenvolvendo atividades de cuidado e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, em turnos parcial ou integral (7h às 13h e 13h às 19h) durante todo o ano. Em 2002, passou a ser um projeto de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo de Desenvolvimento Infantil do Centro de Educação, com recursos da Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência (Fatec), conforme a resolução 12/2002 da UFSM. Em 1º de dezembro de 2011, a UFSM aprovou, mediante a Resolução nº 44/2011, a criação da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, com supervisão administrativa da Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT) e vinculação pedagógica ao Centro de Educação.

É nesse contexto que se colocou com premência a finalização do Projeto Político-Pedagógico do CE. Para tanto, foram realizadas inúmeras discussões com a comunidade interna e externa ao Centro, de modo a contemplar os anseios e necessidades já diagnosticadas ao longo de sucessivas gestões.

2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

A gestão que assumiu a direção do Centro de Educação em outubro de 2005 trazia, entre suas propostas, o compromisso de criar no CE um espaço de discussão capaz de aglutinar e sistematizar as intenções que perpassam as atividades desenvolvidas neste espaço, que historicamente vem se constituindo como o responsável pela formação dos professores graduados na UFSM.

Dessa forma, em 25 de agosto de 2006, a Direção do CE expediu a Portaria de nº 45/2006, que designou a Comissão de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação (PPP/CE), composta por servidores docentes e técnico-administrativos e por acadêmicos da graduação e da pós-graduação. A função da comissão era sistematizar as discussões acerca do PPP/CE, cujas considerações preliminares foram apresentadas à comunidade do Centro em 24 de outubro de 2006, por ocasião da apresentação do Relatório Anual (administrativo e financeiro) da gestão das professoras Maria Alcione Munhoz e Helenise Sangoi Antunes, diretora e vice-diretora respectivamente.

No dia 19 de março de 2007, reuniram-se os membros da comissão a fim de elaborar o plano de ação para dar andamento ao processo de construção do PPP/CE. Ficou estabelecido que a sistemática a ser adotada seria a das assembleias gerais. O objetivo era construir e reconstruir o PPP conjuntamente com a comunidade do Centro de Educação e da região de abrangência da UFSM, para que se pudesse constituir um espaço de diálogo permanente entre a direção, a comissão de elaboração do PPP e os demais integrantes da comunidade interna e externa ao CE.

Naquela ocasião, a comissão propôs o seguinte calendário de assembleias a serem realizadas em 2007: 29/05 – Resgate Histórico; 26/06 – Políticas de Gestão; 24/07 – Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão; 27/08 – Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, antecipada para o dia 13/08 porque

estava coincidindo com o período de férias acadêmicas; 02/10 – Síntese contextual, transferida para 31/10, para que fosse concomitante à apresentação do Relatório Anual do segundo ano daquela gestão.

O resgate histórico foi feito a partir de uma entrevista com a primeira diretora do CE, Carmem Silveira Neto, a Irmã Consuelo, que relatou a história da criação do Centro de Educação. As entrevistadoras foram as professoras Ane Carine Meurer e Viviane Ache Cancian, acompanhadas por um bolsista da comunicação, sob responsabilidade do professor Rogério Lobato. A entrevista, gravada e filmada, foi apresentada posteriormente para todos os membros da comunidade do Centro.

Para participar da segunda assembleia, “Políticas de Gestão”, foram convidados o reitor da UFSM, representado pela professora Nilza Zampieri, os chefes de departamentos e todos os ex-diretores e vices do CE, que apresentaram os respectivos planos de gestão. Nessa ocasião, os departamentos forneceram informações referentes a número de cursos atendidos, projetos de pesquisa, ensino e extensão, número de professores efetivos, substitutos, bolsistas e monitores, e apresentaram suas propostas de ação.

Na primeira assembleia sobre “Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão”, a chefia do Gabinete de Projetos (GAP) apresentou dados referentes a projetos de ensino, pesquisa e extensão, a partir dos quais os participantes teceram considerações e reflexões. Alguns pontos discutidos foram: a diferença entre o número de projetos efetivamente executados e o número de registros no GAP (muitos projetos realizados não eram registrados); a necessidade de registro de todos os projetos realizados no Centro com vistas à elevação do IDR do Centro; a autorização da pesquisa junto ao comitê de ética, a fim de consolidar uma política integradora entre pós-graduação, GAP e Comitê de Ética. Na segunda assembleia dedicada ao tema Ensino, Pesquisa e Extensão, deu-se continuidade às discussões iniciadas na primeira.

A última assembleia desse ciclo de discussões (de 2007) iniciou-se com uma exposição oral acompanhada de projeção de *slides*, que buscou sintetizar os pontos debatidos nas assembleias anteriores. Nessa ocasião, a comissão constatou a necessidade de ampliar a discussão para além das paredes do

Centro, entendendo a necessidade de se estabelecer uma interface com a comunidade externa, especialmente com os movimentos sociais.

Tendo isso em vista, foi organizada uma assembleia que buscou congrega integrantes de todos os movimentos sociais de Santa Maria e região. Entre os grupos contatados estavam: o movimento indígena, com representantes dos índios guaranis e kaingang, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS), a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria (ASSUFMS), a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUFMS), o Movimento Brasileiro de Educadores Cristãos (MOBREC), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis de Santa Maria (ASMAR), a Irmã Lourdes, da economia solidária. Os representantes dos movimentos presentes compuseram uma mesa redonda, em que relataram suas experiências e explicitaram suas expectativas em relação ao CE e à UFSM. As demandas foram dirigidas aos departamentos, no intuito de sensibilizar os professores e instigá-los a propor projetos de ensino, pesquisa e extensão que pudessem atender às necessidades declaradas.

No decorrer dos trabalhos que envolveram a construção do PPP/CE, alguns pontos foram amplamente problematizados pelos participantes, suscitando aprofundamentos:

- a autonomia universitária;
- a natureza eminentemente política das ações da gestão;
- as políticas governamentais, que dão tratamento desigual às diferentes categorias funcionais das universidades no que tange a salários, condições de trabalho, formação continuada, plano de carreira etc.;
- as políticas governamentais, que chegam sem pedir licença e com pressa de implementação, muitas vezes colocando em risco a qualidade do ensino público e gratuito;
- o financiamento da educação, que nos provoca a buscar estratégias ilegítimas para conduzir as ações de ensino-pesquisa-extensão (no que se refere à prestação de serviço através das fundações de apoio à

universidade e aos editais restritos [à época] às áreas das ciências exatas e tecnológicas);

- as políticas de incentivo à individualidade na produção acadêmica, as quais, buscando qualificar o quadro docente e técnico, promove o encastelamento da produção científica ao incentivar pesquisas individuais;
- a redução dos recursos humanos, que sobrecarrega os servidores com atividades excessivas;
- a fragmentação do tripé ensino-pesquisa-extensão;
- a articulação do CE com as demais unidades de ensino, tendo em vista a participação do Centro em mais de 25 cursos oferecidos pela UFSM;
- a educação a distância;
- o Programa de Ingresso ao Ensino Superior (Peies), hoje extinto;
- a ausência da cultura da participação.

Diante de tantas e diversas questões, julgou-se oportuno realizar uma reflexão mais particularizada sobre alguns pontos específicos. Assim, nos anos de 2008-2009, efetuou-se o trabalho sobre o material já coletado e produzido a partir das assembleias, de modo a aprofundar o estudo dos tópicos mais problemáticos. A comissão organizou-se em quatro grupos temáticos – Gestão; Ensino, Pesquisa e Extensão; Avaliação Institucional; e Interações Sociais – com o objetivo de analisar, sistematizar e organizar os dados coligidos. Os textos resultantes dessas análises foram posteriormente disponibilizados, via e-mail, para toda a comunidade do CE. Em assembleia geral, realizada em julho de 2009, os textos foram submetidos à apreciação dos participantes, que julgaram necessário um trabalho de revisão do histórico do CE. A assembleia definiu então uma comissão responsável pela reelaboração desse texto, que foi finalizado e publicado em separado, em 6 de dezembro de 2010. O histórico do CE e os demais textos produzidos pelos grupos foram reunidos no documento *Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação: documento em construção – versão preliminar* (2009), cujos trabalhos de revisão com vistas à redação final reiniciaram em 2012.

Para essa última revisão, contou-se com todo o material já produzido pelo grupo desde o início do processo, e ainda com depoimentos de

participantes das comissões, que esclareceram pontos específicos do texto e ajudaram assim a complementar e a tornar mais claro o documento. Também as questões discutidas nas várias assembleias foram, no presente texto, redistribuídas e agrupadas segundo o tema, ainda que muitas dessas questões perpassassem várias das temáticas aqui abordadas.

É importante ressaltar que as discussões do PPP/CE foram concomitantes ao processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano Estratégico da UFSM. Assim, não só a gestão atual pautou-se pelas proposições decorrentes dessas discussões, mas também o PDI/UFSM recebeu a influência benéfica das reflexões realizadas no Centro de Educação, durante o processo de construção do seu PPP.

3 PRESSUPOSTOS E PERSPECTIVAS

3.1 GESTÃO

A proposta de gestão do CE está articulada com a da Universidade Federal de Santa Maria, tendo como referência o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Regimento da Instituição.

A UFSM, sendo uma instituição pública federal, traz consigo os pressupostos de uma gestão democrática e, em sua organização, procura articular as dimensões administrativa, financeira e pedagógica, respeitando o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário como instâncias superiores de deliberação coletiva.

A estrutura do Conselho do Centro de Educação obedece à regulamentação da UFSM, que prevê a representação de subunidades de ensino, departamentos, coordenações, núcleos, diretórios, e não de segmentos – professores, técnicos administrativos e alunos –, o que garantiria uma representação dos segmentos por pares. Além disso, não conta com a participação da comunidade externa do CE, tão reiterada nas falas dos participantes das assembleias que trataram do PPP/CE.

Apesar disso, a proposta de gestão do Centro de Educação erige-se como democrática e participativa. Dessa forma, as deliberações tomadas neste Centro partem de discussões realizadas não apenas com os representantes das subunidades no Conselho do CE, mas com o conjunto da comunidade, que, nos momentos cruciais, reúne-se para discutir as questões de interesse coletivo e assim orientar as decisões do referido conselho, bem como a sua representação nos conselhos superiores da UFSM.

Dessa forma, parece que a comunidade do CE precisa definir-se em relação à constituição do seu Conselho para buscar a coerência com as práticas realizadas, que têm buscado na posição da totalidade dos seus

segmentos as respostas para os grandes impasses provocados nos últimos tempos pelas políticas públicas para a educação.

Durante as discussões do PPP/CE, ficou evidenciado que o conceito de gestão que caracteriza o CE abarca as suas dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas, influenciadas pelas políticas públicas do Ministério da Educação, considerando a influência que os Decretos, Resoluções e demais regulamentações vêm trazendo para o processo de gestão da UFSM como um todo.

3.2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O discurso pedagógico atual insiste em uma formação de professores capaz de oportunizar a emergência de um pensamento autônomo, estimular uma atitude crítico-reflexiva e desmistificar a ideia de que, ao final da graduação, o sujeito se encontra formado, pronto e formatado para o mercado de trabalho. Ora, para concretizar o discurso, parece-nos fundamental construir novas significações para o processo de tornar-se professor e substituir a noção de professor *formado* pela de professor *em formação*.

Acreditamos que a formação de professores, objetivo precípua do Centro de Educação, não pode ser considerada somente como um processo linear de acumulação de conhecimentos, mas, como afirma Nóvoa (1992), como um processo de reflexão que o professor faz sobre sua própria ação e sobre a reconstrução permanente dos processos identitários. Isso significa que os processos de formação estão relacionados com a trajetória de vida e com os percursos educativos/profissionais de cada um.

Nesse sentido, pode-se dizer que a prática docente é resultante não só dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de licenciatura, mas também da trajetória de vida e do saber da experiência. Por isso, é necessário compreender o sujeito numa perspectiva global, assumindo a formação no ensino superior como um processo interativo e dinâmico. Além disso, é

importante que, já na formação inicial, sejam propiciadas aos estudantes diferentes experiências, de modo que a reflexão sobre a educação e a realidade social tenham lugar, “gerando uma atitude interativa que conduza a discussões e atualizações permanentes” (PANIZ; FREITAS, 2011, p. 501).

Os espaços de formação que defendemos constituem-se nas trocas de experiências e saberes, nas quais, segundo Nóvoa (1992), cada professor desempenha, simultaneamente, o papel de formador e de formando. A instauração do diálogo é fundamental para consolidar saberes construídos através da prática profissional reflexiva, mediante a qual também são reforçados ou refutados valores e significações edificadas.

Acreditamos que o desenvolvimento de uma postura reflexiva por parte dos professores passa, também, pela necessidade de produção de saberes e valores comprometidos com os princípios da ética e com o fortalecimento da autonomia nas várias dimensões da existência humana. Concordamos com Paniz e Freitas (2011, p. 500), para quem “a profissão docente não pode mais ser reduzida ao domínio das disciplinas e da técnica para transmiti-las”, já que lidamos agora com um “conhecimento em construção e não mais imutável”. Para os autores, é necessário que o professor

analise a educação como um compromisso político, carregado de valores éticos e morais, que considere o desenvolvimento da pessoa e a colaboração entre iguais e que seja capaz de conviver com a mudança e a incerteza. (PANIZ; FREITAS; 2011, p. 500)

Todavia, não é possível esquecer que a organização do cotidiano acadêmico, na maioria das vezes, acaba impedindo ou inviabilizando a troca de saberes construídos no exercício da profissão, como também as reflexões sobre experiências significativas nos percursos de formação humana e profissional. Logo, um dos objetivos deste Projeto Político-Pedagógico é justamente estabelecer esses espaços de reflexão, a partir dos quais professores, alunos, técnicos administrativos e comunidade em geral possam produzir e partilhar saberes, gerando novos sentidos para as experiências ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais.

No que diz respeito ao estabelecimento de metas e ações para o ensino, a pesquisa e a extensão, o primeiro passo é reconhecer que, no Estatuto da UFSM, esses três elementos são considerados indissociáveis e essenciais

para a instituição (art. 4º, parágrafo I). No Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM de 2006-2010, as três áreas já apareciam conjuntamente como missão da instituição, cabendo às unidades “promover ensino, pesquisa e extensão, formando lideranças capazes de desenvolver a sociedade” (PDI UFSM 2006-2010, p. 15).

Muitas das proposições referentes a ensino, pesquisa e extensão elencadas naquele PDI já foram contempladas pelas ações do Centro de Educação, tais como:

- Implementação de cursos de graduação (Pedagogia noturno e Educação Especial noturno), de pós-graduação (Especialização em Educação Especial e Especialização em Gestão Educacional), do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional, e de cursos na modalidade a distância;
- Participação de acadêmicos e de docentes em intercâmbios de ensino e pesquisa com instituições nacionais e internacionais;
- Criação de espaços para pesquisa e extensão em projetos de docentes do CE, bem como para a iniciação científica, com bolsas do Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX) e do Programa de Licenciaturas (PROLICEN), ou mesmo sem bolsa;
- Consolidação de projetos de formação inicial e continuada, com parceria entre os núcleos de pesquisa e de extensão do CE;
- Incentivo à participação em eventos nacionais, estaduais e regionais que fomentam as atividades de divulgação de pesquisas e promovem a extensão do CE;
- Formação de parcerias de ensino, pesquisa e extensão com escolas públicas de educação básica de Santa Maria e da região;
- Incremento da produção científica do CE, bem como de sua divulgação em revistas científicas do Centro e em eventos internacionais e nacionais da área.

Apesar dessas realizações, durante as assembleias de discussão do PPP do CE, alguns pontos foram amplamente problematizados, mostrando que há ainda bastante a ser feito. Entre os pontos debatidos, ressaltou-se a

inexistência de uma conceituação/definição universalizadora, no âmbito do CE, sobre o que se entende por ensino, pesquisa e extensão e, principalmente, sobre o que seria a indissociabilidade desses elementos. A extensão é algo a ser realizado somente fora da universidade? O trabalho extensionista não implica a formação do sujeito da universidade? Qual a concepção de pesquisa em educação? Qual a concepção de extensão em educação? O que seria exatamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no CE?

Constatou-se a presença de ideias individualizadas nos cursos e entre os professores sobre a atuação com o ensino, a pesquisa e a extensão, entre elas, a compreensão de:

- pesquisa e extensão como sinônimo de atividade de ensino em disciplinas ou estágios supervisionados;
- ensino, pesquisa e extensão como oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação ou como formação inicial e continuada de professores;
- pesquisa como sinônimo de envolvimento de graduandos engajados em projetos de pesquisa coordenados por professores do curso, constituindo o aluno bolsista-pesquisador;
- extensão como sinônimo de estágios restritos à abrangência de escolas de Santa Maria;
- cursos e atividades de ensino a distância como atividades extensionistas.

Identificou-se assim a inexistência de uma concepção clara sobre o que seriam experiências extensionistas no contexto da formação de professores. Ademais, ressaltou-se a distância da universidade, assim como do Centro de Educação, de experiências que poderiam ser mobilizadoras da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro ponto destacado foi a inexistência de registros e de informações sobre o ensino, a pesquisa e a extensão do CE, o que dificulta uma visão clara tanto das ações, como dos resultados. Assim, colocaram-se as seguintes questões: até que ponto as atividades de ensino, pesquisa e extensão no CE têm uma repercussão social, já que os índices de qualidade do sistema

educacional em que o CE atua são muito baixos? *Para que, com o que e como* queremos fazer ensino, pesquisa e extensão no CE?

A par disso, foi destacada a necessidade de superação da subserviência a instâncias superiores, como a CAPES, o CNPQ e mesmo o governo federal. Podemos ficar no campo do ensino só gerenciando políticas governamentais? O que propomos diante dessas políticas, de modo a formular propostas que estabeleçam ou reforcem a identidade do CE? O que se constata, ainda, é a carência ou falta de clareza a respeito das identificações do CE para definir suas ações e políticas de ensino, pesquisa e extensão.

No campo da pesquisa especificamente, verificou-se que o foco das pesquisas muitas vezes responde ao interesse dos professores, e não dos alunos, e ressaltou-se a necessidade de que as linhas de pesquisa da pós-graduação atravessem também a graduação, proposta que não se tem efetivado, já que os professores não participantes do programa de pós-graduação não são envolvidos nas atividades das linhas. Essa realidade chamou a atenção para a urgência de se trabalhar na perspectiva da formação continuada também dos docentes da universidade, atitude científica permanente de aprendizagem acadêmica.

Todos esses pontos problematizados durante as discussões do PPP/CE apontam para a importância de se ter uma compreensão clara e coerente acerca das noções de ensino, pesquisa e extensão, pois é essa compreensão que irá orientar as ações da unidade de ensino. É necessário lembrar também que a concepção de ensino, pesquisa e extensão assumida pelo grupo responde a uma concepção de profissional, de ser humano e de sociedade que se tem em vista quando se estabelece um plano de atuação. Daí a necessidade de se definir o perfil do profissional a ser formado no Centro de Educação, como também o daquele que aqui atua como docente.

No atual Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM (PDI UFSM 2011-2015), explicita-se a expectativa da instituição em relação aos egressos. Espera-se que o aluno que concluiu sua trajetória acadêmica

- seja um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais;
- tenha a capacidade de identificar problemas relevantes a sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas;

- tenha clareza de que, sendo formado em uma instituição pública, desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade;
- seja capaz de enfrentar as dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade;
- seja um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade;
- realize conexões entre ensino, pesquisa e extensão não só quando estimulado, mas por iniciativa própria;
- tenha sólida formação ética e senso de responsabilidade pública;
- busque atualização contínua, e não apenas a aquisição imediata de informações que, com o tempo, tornam-se obsoletas;
- seja capaz de atuar em colaboração intelectual entre diferentes disciplinas;
- desenvolva habilidades intelectuais e práticas; e
- seja capaz de desempenho satisfatório, esteja apto a contribuir para a intervenção social e seja interessado na superação dos problemas. (PDI UFSM 2011-2015, p. 56-57)

Verifica-se que, dos itens elencados, apenas três não acusam diretamente a necessária relação ou preocupação com a sociedade. Também no Projeto Político-Pedagógico da UFSM essa mesma compreensão é reforçada, já que ali se entende que a formação acadêmica, além de preparar para o exercício da uma profissão, deve capacitar o aluno para a avaliação e a solução de problemas, entendendo que o profissional deve “conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos da Universidade investiu em sua formação” (PPP/UFSM, 2000). Segundo o PPP da UFSM, a instituição, e conseqüentemente suas unidades de ensino, deve preparar o aluno para atuar em prol do desenvolvimento e benefício da sociedade:

Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública, desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade. Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. (PPP/UFSM, 2000)

Dessa forma, a UFSM, e com ela o Centro de Educação, assume a sua função eminentemente social, opondo-se abertamente a posturas individualistas que desconsideram a validade (e a necessidade) de intervenção sobre a realidade, negando assim a responsabilidade social que todo cidadão deve ter, tanto mais se for um acadêmico.

Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e antissocial, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação. (PPP/UFSM, 2000)

Nessa perspectiva, juntamente com a preparação e a qualificação técnica para a atuação profissional, é crucial que se desenvolva junto aos alunos a consciência ética que lhes permitirá, entre outras coisas, reconhecer-se como parte integrante de uma realidade maior, sobre a qual cada um é responsável. O PPP da UFSM explicita a compreensão de que, na formação do aluno, são imprescindíveis estudos sobre Ética que desenvolvam a consciência acerca da função social do saber produzido, com a qual se aprende a conciliar as necessidades individuais com as questões de caráter coletivo. Nesse sentido, a dimensão ética e fundamentalmente humana da formação acadêmica deve ser considerada em cada ação prevista pelas unidades de ensino, de modo a situar a formação profissional em um horizonte de interesse humanístico, conforme propõe o PPP desta Instituição.

A formação universitária, se deixa de lado o componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno da Universidade vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias. (PPP/UFSM, 2000)

Para construir esse profissional ético e comprometido com a coletividade, é imprescindível que os educadores também sejam formados em conformidade com essa orientação. Nesse sentido, uma formação continuada, que leve em conta não só o conhecimento técnico, mas também o saber humano e a experiência social, deve estar no horizonte tanto dos alunos quanto dos professores, programas e cursos do Centro de Educação. Para atingir esse fim, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão passa a desempenhar um papel fundamental, já que, constituindo atividades-fim da

universidade, uma deve fomentar a outra, num constante processo de retroalimentação. Entende-se, portanto, que a universidade, e consequentemente suas unidades de ensino, deve investir na extensão enquanto espaço de articulação entre o ensino e a pesquisa, de modo que a interação com a sociedade de fato se efetive.

O Plano Nacional de Extensão Universitária⁶, que estabelece as diretrizes para a extensão universitária no país, define a extensão como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (p. 5). No referido Plano, a extensão é compreendida como “uma via de mão-dupla”, em que a comunidade acadêmica, ao colocar-se a serviço da sociedade, encontra aí oportunidade para a elaboração da práxis do conhecimento acadêmico. Dessa forma, entende-se que,

No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Plano Nacional de Extensão, 2001, p. 5)

O Plano Nacional de Extensão Universitária, que orienta as ações extensionistas na UFSM, reflete o compromisso da universidade pública com a transformação da sociedade, pautando-se nos seguintes princípios:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

⁶ O Plano Nacional de Extensão Universitária, lançado em 1999 e atualizado em 2001, começou a ser elaborado em 1998 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a colaboração da Secretaria de Educação Superior.

- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania. (Plano Nacional de Extensão, 2001, p. 7)

No âmbito da UFSM, o compromisso com a transformação social, com a promoção dos valores democráticos e com o desenvolvimento da região se expressa “no comprometimento com a realidade, na transformação mútua entre universidade e comunidade, na melhoria das condições de vida dos cidadãos e na prestação de serviços especializados à comunidade” (PDI UFSM 2011-2015, p. 51). Assim, complementarmente à sua política de ensino e reforçando sua função social e o seu papel como instituição pública, a UFSM adota os seguintes princípios:

- comprometimento com o bem coletivo, por meio da construção de projetos coletivos, dotados de sustentação ética, que procurem responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação;
- concepções de conhecimento diversas em detrimento de propostas unívocas e unilaterais, possibilitando a convivência de posições diferentes e perspectivas variadas, o que é fundamental para a formação de conhecimento com ponderação e rigor;
- sustentação das ações em valores éticos de modo a realizar, na medida do possível, intervenções no processo histórico, procurando auxiliar para o aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e para uma diminuição da desigualdade social e incentivando atividades acadêmicas que situem a formação profissional em um horizonte de interesse humanístico;
- aprendizagem interdisciplinar, possibilitando que a compreensão dos fenômenos e a solução de problemas envolvam colaboração intelectual entre diferentes disciplinas, constituindo transversalidade;
- formação continuada que estimule os diferentes programas a reconhecer suas limitações temporais, preparar para experiências de integração social e dar condições para atualização constante. Além de permitir aos estudantes a atualização contínua, e não apenas a aquisição imediata de informações, a perspectiva de educação continuada pauta-se pela valorização do egresso, o que é importante para avaliar a consistência das ações da Instituição;

- flexibilidade curricular capaz de permitir a atualização constante das atividades acadêmicas;
- avaliação institucional continuada que explicita os problemas e os méritos das ações institucionais e possibilite a tomada de decisão mais planejada e alinhada com o universo de mudanças que afetam a Universidade. (PDI UFSM 2011-2015, p. 55)

Assumindo esses princípios, o Centro de Educação tem procurado, em suas metas e ações estratégicas, fazer valer, na prática, os pressupostos que embasam os documentos da Instituição. Pela via da educação, o Centro busca contribuir com o desenvolvimento da sociedade como um todo, ao mesmo tempo em que, no âmbito especificamente acadêmico, fomenta iniciativas no sentido de valorizar a diversidade e dar vazão à pluralidade de práticas pedagógicas coexistentes no CE. A par disso, vem atuando para dar visibilidade às ações de ensino, pesquisa e extensão aqui desenvolvidas, buscando socializar conhecimentos e afirmar-se como centro de referência na formação de professores.

3.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A despeito da complexidade e dificuldade do tema “avaliação”, os processos avaliativos têm se constituído como uma estratégia mundial para o enfrentamento da questão da qualidade no ensino superior. Nesse contexto, a avaliação institucional assume máxima importância, porque a partir dela se pode traçar ou redefinir metas para a realização dos objetivos propostos pela instituição e por suas unidades.

O Centro de Educação, como parte integrante da UFSM, em 1987 já se preocupava em prestar contas dos serviços oferecidos à sociedade, pois, conforme o documento “Diagnóstico sobre a Operacionalização e Administração do Processo Curricular na UFSM – Centro de Educação: Opinião Docente”, coordenado pelas professoras Neuza Antônio e Neide Uchôa Xavier, do Departamento de Administração Escolar (ADE), o CE procurou diagnosticar, caracterizar, avaliar e propor medidas de reestruturação

para os cursos de graduação e para o próprio Centro, o que ocorreu por meio de um processo de autoavaliação institucional com a participação efetiva da comunidade universitária.

Na época, o Centro contava com 82 professores. Destes, 39% preencheram os instrumentos de avaliação (questionários). O levantamento foi feito junto aos quatro departamentos do Centro (ADE, EDE, FUE, MEN) e se constituiu em uma tentativa de caracterização do corpo docente, do currículo e da estrutura do CE.

Essa iniciativa de avaliação, isolada na UFSM, desenvolveu-se a partir da demanda de um grupo de professores do Centro e foi apoiada pela Pró-Reitoria de Planejamento – Coordenadoria de Pesquisa Institucional, que não tinha uma política de avaliação da universidade. Essa situação, embora rica, por permitir a existência de experiências simultâneas, diferenciadas e baseadas na percepção de todos os atores envolvidos no Centro, não teve continuidade como um processo permanente.

Após essa tentativa, enfrentamos um longo período sem nenhuma modalidade de avaliação. Mesmo com o surgimento do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, em 1993, o maior e mais completo formato de avaliação do ensino superior no país, esse programa não foi explorado nem priorizado pela UFSM e seus centros de ensino.

Só em 1997 o Centro de Educação retoma as questões referentes à avaliação e, então, ativa a Comissão de Avaliação Institucional do CE (CAICE), dando prioridade ao tema e organicidade ao setor, que legalmente já existia na estrutura regimental do Centro. A Comissão constituiu-se de fato a partir da representatividade da comunidade acadêmica, conquistando espaço físico e reflexivo na organização, no imaginário e no debate viabilizado pelo comprometimento, titularidade e investigação da equipe que passou a trabalhar com a avaliação como prática, e não mais como um tema fragmentado solicitado pelos dirigentes da UFSM.

A proposta foi assumir a responsabilidade e formular um projeto autônomo a partir da percepção da realidade e da escuta dos diferentes segmentos da comunidade do CE, apontando efetivas mudanças internas em função dos resultados obtidos. Até meados de 2002, de modo permanente, acumulou-se precioso material em torno da racionalidade e da subjetividade

das práticas da comunidade do Centro de Educação, captadas por meio de instrumentos avaliativos variados (questionários, entrevistas), como também por meio de discussões realizadas em assembleias gerais.

Tudo isso, sustentado pelos princípios e diretrizes da avaliação emancipatória e participativa, possibilitou conhecer parte dos elementos diagnosticados e avaliados pela comunidade e pelo CAICE, tais como: evasão e reprovação por aproveitamento e frequência insuficientes no Curso de Pedagogia (série histórica 1992/1997); desempenho, qualificação, ética e tempo de serviço dos docentes; funcionamento e qualidade da docência orientada; relações interpessoais, qualificação e satisfação no trabalho desenvolvido pelos servidores técnico-administrativos; compromisso dos estudantes com o trabalho pedagógico dos docentes, perfil do acadêmico e do profissional formado; carências da infraestrutura.

Tal postura nos encaminhou à discussão e à sistematização dos dados e fatos observados, indo além da pesquisa quantitativa, objetivando a divulgação e o debate dessa produção em eventos científicos, a criação do *Caderno Avaliação em Revista* e a publicação de relatórios de pesquisa a órgão de fomento, com registro do grupo de pesquisa “Avaliação do Ensino Superior”, certificado pela instituição e pelo CNPq.

No desenrolar do processo de avaliação institucional no Centro, a preocupação sempre foi com a globalidade, a consistência, a coerência, a ética, a justiça e a transparência. A aceitação da comunidade, construída pelo diálogo, e o apoio técnico, político e financeiro dos diferentes diretores do CE foram elementos basilares até 2002, pois garantiram à CAICE a titularidade da avaliação no Centro.

Após esse período, o projeto foi abalado por discordâncias e contradições que provocaram um retrocesso no andamento da investigação. Nessa época, a equipe da CAICE foi constrangida e desmantelada, juntamente com a comissão de elaboração e discussão do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação.

A despeito dos avanços e amputações que o CE sofreu em torno do projeto de avaliação institucional, a equipe da CAICE se refez em 2008 e rearticulou os trabalhos internos, procurando interagir e dialogar com a CPA/UFSM. Porém, o grande acordo a ser discutido com a comunidade é a

liderança de um projeto que trate a avaliação como uma questão política que deve ser enfrentada conjuntamente pela UFSM e seus centros de ensino. Por isso, o objetivo principal da CAICE deve ser o de reação e antecipação às políticas avaliativas do Estado, implantando um processo de Avaliação Institucional Participativa (AIP), a partir de um enfoque político-filosófico que nos oriente para a implementação de uma metodologia de avaliação permanente, que se desenvolva por etapas, de maneira simultânea, interdependente e complementar.

Considerando-se que esse processo envolve campos distintos, como o da produção acadêmica (discente e docente), gestão, ensino, pesquisa, extensão e infraestrutura, a ideia é mapear a ordem das dimensões a serem avaliadas, o formato, os critérios e os instrumentos avaliativos e negociá-los com a comunidade. A proposta deverá estar ligada ao Projeto Político-Pedagógico da UFSM e do CE e ao apoio técnico, financeiro e pedagógico da comunidade e dos gestores que acreditam na defesa da autonomia e do ensino público e gratuito, a partir de uma avaliação com lutas pela melhoria contínua da qualidade do ensino superior brasileiro.

Com base em uma concepção democrática, a avaliação institucional assume o seu papel dentro do processo de desenvolvimento da missão da UFSM, com vistas a subsidiar as melhorias necessárias para a sua plena realização. Reitera-se a necessidade de ouvir todos os segmentos do CE para promover a avaliação permanente, com o objetivo de fortalecer as identidades desta unidade de ensino, defendendo o diálogo com a comunidade interna e externa.

3.4 INTERAÇÕES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Em obra publicada na Espanha em 2007 e no Brasil em 2010, Martín e Puig assinalam que a educação tem um triplo desafio pedagógico a enfrentar: a) incluir em vez de excluir; b) promover uma educação intercultural; c) esforçar-se para construir uma cidadania ativa. Para os autores, é preciso

considerar modelos de educação nos quais a formação e a instrução contemplem o individual e o coletivo na construção do ser e do saber, priorizando o equilíbrio entre ambos, com o intuito de formar uma pessoa completa, e não apenas alguém que sabe muito. A proposta de uma educação integral apoia-se num trabalho baseado em valores capazes de constituírem-se como ferramentas para viver bem coletivamente e consigo mesmo. Para educar em valores, os autores destacam a necessidade de: a) ser você mesmo; b) reconhecer o outro; c) facilitar o diálogo; d) regular a participação; e) trabalhar em equipe; f) fazer escola e g) trabalhar em rede.

Assumir a própria identidade sem negar a do outro, dialogar e confrontar pontos de vista sem combater ou afrontar pessoas, participar efetivamente da construção de conhecimentos, saberes e da própria cidadania são atitudes que devem ser incentivadas, sobretudo numa unidade de ensino que tem a educação como objeto central de interesse. A cidadania ativa pressupõe a compreensão do papel social e político de cada ser humano, a compreensão de que o próprio fato de estar no mundo já implica um posicionamento que é indiscutivelmente político. A tão almejada alteração no estado das coisas só pode ocorrer a partir desta conscientização: a de que cada homem é responsável pela realidade que o cerca, bem como por sua transformação. Essa transformação, no entanto, não pode ocorrer sem um esforço no sentido de uma abertura a diferentes visões, diferentes reivindicações, a partir das quais se poderá pensar a mudança.

As concepções de conhecimento que podem permitir à Universidade cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de ideias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão. (PPP/UFSM, 2000)

O Projeto Político-Pedagógico da UFSM prevê para suas unidades de ensino uma orientação acadêmica que, na medida do possível, viabilize intervenções no processo histórico, de modo a colaborar para o atendimento das demandas coletivas e para a diminuição da desigualdade social, em conformidade com a responsabilidade que lhe cabe. Para além de atender as

demandas do mercado de trabalho, a universidade “deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage” (PPP/UFSM, 2000).

No PPP da UFSM apontam-se alguns fatores julgados imprescindíveis para aperfeiçoar a interação e a colaboração entre universidade e sociedade, entre os quais destacamos a necessidade de desenvolver na universidade atividades envolvendo direitos humanos e cidadania de modo a propiciar

(1) o conhecimento e a reflexão a respeito da fome, miséria, desemprego, violência, exclusão, relações entre o mundo do trabalho e os problemas sociais; (2) a compreensão da situação específica de Santa Maria e região, no contexto nacional, no que se refere a esses problemas; (3) reflexões sobre as relações entre o mundo do trabalho e os problemas sociais; (4) a formulação de estratégias de ação social para intervir nesse processo. (PPP/UFSM, 2000)

Consciente dessa necessidade, o Centro de Educação, durante a construção de seu PPP, abriu espaço para a discussão de questões envolvendo movimentos sociais e respectivas demandas, entendendo que esses movimentos refletem a diversidade cultural e social, bem como as contradições que caracterizam a nação brasileira. Essa diversidade pode ser compreendida dentro do paradigma da multiculturalidade⁷, fenômeno que, segundo Silva e Rodrigues (2011), constitui uma realidade incontestável em nossa sociedade e em nossas salas de aula. Para os autores, “o sistema educativo não pode dar às costas a esta realidade e deve propor o desafio de uma integração cultural das minorias na perspectiva não de uma mera assimilação, mas de enriquecimento mútuo das culturas majoritárias e minoritárias, como um princípio básico da interculturalidade” (SILVA; RODRIGUES, 2011).

A interculturalidade surge como “uma proposta de interpretação da vida social que coloca ênfase no respeito e no direito à diferença, que denuncia as visões essencialistas que em nome da cultura justificam a xenofobia, o racismo, a marginalização e a exclusão social” (SANTOS VELASCO, 2004, p. 7). Assim, a educação intercultural aposta na interação entre os grupos, muito

⁷ Podemos dizer que a multiculturalidade diz respeito à coexistência de diferentes grupos culturais em dada sociedade, sendo, portanto, uma realidade social; já a interculturalidade surge como uma proposta de intervenção que se nutre de perspectivas interdisciplinares para tratar do fenômeno da diversidade cultural (SILVA; RODRIGUES, 2011).

mais que na diferenciação entre culturas, configurando-se como projeto de intervenção no qual as diferenças não apenas coexistem, mas atuam no sentido de enriquecer as visões particulares e permitir o desenvolvimento coletivo baseado no diálogo produtivo.

Tendo isso em conta, o Centro de Educação propõe um repensar sobre o que temos realizado até então e o muito que temos ainda a avançar na composição de currículos que contemplem grupos sociais em situação de vulnerabilidade, com iniciativas solidárias e inclusivas. Nesse sentido, entendemos que o nosso papel como unidade de ensino é buscar, compartilhar, produzir e descentralizar a informação, assumindo o desafio de democratizar o conhecimento.

4 METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Num processo tão complexo e moroso, como costuma ser o da construção de um projeto político-pedagógico, é natural que, ao longo do percurso, alterações se verifiquem, no que diz respeito a concepções, pressupostos, metas e anseios da comunidade envolvida. Assim aconteceu com PPP do Centro de Educação. Com a entrada de novos atores, e mesmo com a passagem do tempo e a resolução de velhos problemas, muitas questões que anos atrás exigiam tratamento urgente, hoje ou estão equacionadas ou perderam a relevância, enquanto novas questões se colocam a cada dia.

Na tentativa de fixar, ainda que temporariamente, um quadro de metas e ações a serem desenvolvidas pelo Centro de Educação, apresentamos abaixo o registro das metas elencadas ao longo do processo até o ano de 2009 (Quadro 1), e a seguir o quadro das metas e ações propostas em 2012 para os anos seguintes (Quadro 2).

QUADRO 1:

**METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
PARA OS ANOS 2006-2009**

3.1 GESTÃO	
METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do Regimento do Conselho do Centro e de sua composição, mediante a inclusão da participação das classes de professores adjunto, titular, associado, assistente e auxiliar; • Inclusão, na Comissão de Avaliação Institucional (CAICE), de uma representação de professor aposentado e egressos dos cursos do CE, nas modalidades presencial e a distância; • Consolidação de uma gestão democrática e participativa por meio da consulta direta à comunidade acadêmica, cuja decisão deverá ser, posteriormente, homologada (ou aprovada) nas instâncias competentes; • Participação crítica das instâncias representativas dos órgãos colegiados, de tal forma que os escolhidos ou eleitos de fato representem os que os escolheram; • Publicização dos gastos da unidade universitária, bem como dos atos do Conselho do Centro, dos Departamentos Didáticos e das Coordenações de Cursos; • Consolidação da prática dos seminários anuais de prestação de contas financeiras e administrativas do CE; • Ampliação do IDR (Índice de Distribuição de Recursos) do CE; • Integração dos cursos do CE e estabelecimento de vínculos pedagógicos do CE com as demais unidades de ensino; • Implementação de um programa de formação continuada dos servidores do CE; • Melhoria das condições de ensino e efetivação do atendimento para os cursos noturnos; • Melhoria da infraestrutura e incremento dos recursos materiais e humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar às instâncias superiores (ou competentes) propostas de alterações regimentais e estatutárias que democratizem as instâncias colegiadas e a Universidade; • Promover a discussão sobre a matriz orçamentária prevista pelo MEC para os cursos de licenciatura; • Favorecer e acompanhar a implantação dos cursos de graduação do Programa REUNI no CE; • Apoiar a institucionalização do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo – NEIA e sua gestão, pois este se constitui num espaço de ensino, pesquisa e extensão do CE; • Efetivar o atendimento dos setores para os cursos de graduação e pós-graduação ofertados à noite; • Buscar recursos financeiros e humanos para a ampliação da acessibilidade no Centro de Educação, a fim de que ocorra, de fato, a inclusão; • Proporcionar a atualização tecnológica dos recursos didáticos e estimular o desenvolvimento de multimeios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aplicadas a todos os níveis e modalidades de ensino; • Promover a ampliação e otimização da infraestrutura, assegurando as normas de acessibilidade; • Adquirir equipamentos e instrumentos para qualificar as atividades do Centro; • Criar espaços de convivência de modo a proporcionar conforto para estudantes e servidores técnico-administrativos e docentes nos intervalos das atividades; • Realizar estudo para o redimensionamento da força de trabalho; • Garantir novos servidores para atender às demandas do Centro de Educação como um todo; • Propiciar a qualificação dos servidores técnico-administrativos por meio de participação em cursos e eventos nacionais e internacionais; • Ampliar o acesso aos recursos financeiros para formação continuada dos professores e para participação em eventos acadêmicos; • Proporcionar ajuda de custo para os estudantes apresentarem suas produções em eventos fora da instituição; • Suprir o acervo da Biblioteca Setorial do CE objetivando

	<p>atender às necessidades do Centro;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar apoio às revistas do Centro de Educação; • Incentivar ações e programas institucionais que visem ao incremento da produção intelectual bibliográfica da comunidade universitária; • Criar mecanismos de aproximação dos alunos da EaD com a comunidade do CE por meio da participação em atividades acadêmicas e culturais; • Firmar convênios com as Secretarias de Educação dos Municípios e as Coordenadorias de Educação para o estágio dos cursos de graduação.
3.2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Revisão periódica e reestruturação didático-pedagógica dos cursos da UFSM, considerando as demandas da sociedade; • Adequação dos projetos de extensão aos interesses da sociedade e do mundo do trabalho; • Articulação dos diferentes níveis e modalidades de ensino; • Superação da compartimentalização decorrente da organização departamental; • Expansão e consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância; • Construção de uma política de ensino, pesquisa e extensão que leve em conta o crescimento em conjunto entre a graduação e a pós-graduação, sem priorizar nenhuma delas, conforme a demanda social; • Participação de acadêmicos e docentes em intercâmbios de ensino e pesquisa com instituições nacionais e internacionais; • Estabelecimento de um debate permanente sobre a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; • Ampliação dos espaços de participação dos estudantes nas atividades de pesquisa e extensão de professores; • Qualificação e indexação dos periódicos editados no CE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar grupos de trabalhos temáticos e interdisciplinares; • Organizar, por intermédio da CEPEX, apresentações das pesquisas dos professores do CE para toda a comunidade acadêmica; • Apoiar projetos e ações que promovam a interação e a participação da comunidade do Centro de Educação em atividades culturais, científicas, artísticas, esportivas e sociais; • Desenvolver parcerias e intercâmbios multidisciplinares em ações de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da UFSM; • Incentivar a participação conjunta da graduação e da pós-graduação em grupos de estudo, projetos de pesquisa, ensino e extensão; • Estimular a interação da comunidade acadêmica dos diversos campi e da sede da UFSM por meio de atividades integradas; • Manter um diálogo constante com as coordenações da pós-graduação e graduação para que se possam buscar formas de incentivo à participação do corpo docente e discente em eventos e publicações científicas nacionais e internacionais; • Publicar periódicos acadêmicos na Imprensa Universitária e divulgar as pesquisas realizadas no/pelo CE.
3.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da prática da avaliação institucional; • Uso dos resultados da avaliação (autoavaliação) como referência principal na redefinição dos planos de cada setor e do CE como um todo, visando à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência estudantil, da capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo e da organização administrativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar toda a comunidade do CE acerca da importância da avaliação institucional; • Construir espaços de discussão sobre questões concernentes ao Centro de Educação a partir do Projeto Político-Pedagógico e da avaliação institucional; • Oportunizar espaços de participação e de decisão na gestão democrática do Centro de Educação; • Organizar base de dados da Comissão de Avaliação Institucional (CAICE); • Criar estratégias de comunicação e divulgação dos resultados da autoavaliação institucional.

3.4 INTERAÇÕES SOCIAIS

<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um ambiente onde as relações interpessoais sejam mais humanizadoras, reflexivas e propositivas; • Formação de profissionais da área da educação capazes de: <ul style="list-style-type: none"> - interagir local e globalmente; - ter um olhar amplo sobre a sociedade; - propiciar o exercício da cidadania; - construir um conhecimento participativo, inclusivo e fraterno; - valorizar o saber popular; - refletir sobre a sociedade de consumo e pensar modelos alternativos, levando em conta questões ambientais; - trabalhar por uma sociedade mais ética e solidária; - respeitar a cultura do outro; - comprometer-se tanto com o saber cotidiano quanto com a pesquisa. • Implementação de uma política capaz de permitir que o CE assuma um efetivo papel de agente mobilizador e transformador da sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o envolvimento dos estudantes com culturas diferenciadas e o fortalecimento de ações integradas no plano de ensino/aprendizagem, apropriadas às culturas que, na sua diversidade, fazem parte do universo plural em que vivemos; • Estimular a formação continuada de professores e incentivá-los a reconhecer a diversidade, bem como a propor alternativas de curto prazo aos problemas sociais, possibilitando que diferentes segmentos da sociedade sejam ouvidos e respeitados; • Procurar alternativas para a educação de grupos em situação de vulnerabilidade social, considerando suas especificidades; • Promover a interlocução com os demais cursos de licenciatura da UFSM, no sentido de qualificar a formação de professores, sensibilizando-os para as questões sociais; • Organizar publicações tendo como tema os movimentos sociais e a educação de grupos em situação de vulnerabilidade social, de modo a possibilitar a socialização de conhecimentos e a troca de experiências com outras instituições; • Dimensionar o impacto social produzido pelos profissionais do CE; promover a avaliação e definir expectativas.
--	---

QUADRO 2:**METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
PARA OS PRÓXIMOS ANOS**

3.1 GESTÃO	
METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação dos recursos destinados aos cursos do CE. • Expansão e qualificação do espaço físico do CE • Consolidação da gestão democrática no CE e interação com sua comunidade externa; • Fortalecimento do Centro de Educação como unidade de ensino que forma professores de forma reflexiva e comprometido com a transformação social; • Fortalecimento do Fórum das Licenciaturas dentro do CE; • Capacitação e qualificação dos servidores técnico-administrativos do CE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a alteração da matriz orçamentária do MEC em relação aos Centros de Ensino que formam professores; • Acompanhar e dar continuidade ao projeto do CT-Infra do CE; • Incentivar a criação de espaços multiuso para a implantação de práticas interdisciplinares de pesquisa; • Criar espaços de convivência para alunos e servidores docentes e técnico-administrativos do CE; • Apoiar e fomentar práticas interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão entre os departamentos de ensino; • Manter a prática de consulta à comunidade por meio de assembleias gerais para a discussão de temas específicos; • Realizar periodicamente reuniões com os coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação presenciais e a distância; • Fomentar a participação dos alunos do CE nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; • Participar ativamente do Forundir e demais representações institucionais nacionais; • Desenvolver projetos de capacitação e qualificação de servidores no Centro de Educação; • Incentivar a inserção de servidores técnico-administrativos em cursos de pós-graduação.
3.2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão e qualificação dos cursos de graduação e pós-graduação do CE; • Maior inserção dos estudantes na iniciação científica; • Qualificação da produção acadêmica; • Internacionalização das pesquisas desenvolvidas pelo CE; • Visibilidade das atividades acadêmicas desenvolvidas no/pelo CE; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer espaços de discussão das questões pedagógicas que envolvem os cursos de licenciatura do CE e da UFSM. • Divulgar os projetos de ensino, pesquisa e extensão do CE através de meio eletrônico e demais mídias; • Incentivar a participação em eventos científicos, bem como a produção bibliográfica de docentes e acadêmicos da graduação e pós-graduação; • Aumentar o número de cotas de bolsa de iniciação científica para o CE;

	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as revistas do CE na busca de um melhor conceito junto à Capes; • Criar novos mestrados acadêmicos e profissionais.
3.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da prática da avaliação institucional; • Uso dos resultados da avaliação (autoavaliação) como referência principal na redefinição dos planos de cada setor e do CE como um todo, visando à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência estudantil, da capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo e da organização administrativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar a comunidade do CE acerca da importância da avaliação institucional; • Construir espaços de discussão sobre questões concernentes ao Centro de Educação a partir do Projeto Político-Pedagógico e da avaliação institucional; • Oportunizar espaços de participação e de decisão na gestão democrática do Centro de Educação; • Organizar base de dados da Comissão de Avaliação Institucional (CAICE); • Criar estratégias de comunicação e divulgação dos resultados da autoavaliação institucional.
3.4 INTERAÇÕES SOCIAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Instauração de um canal permanente de diálogo do CE com a comunidade externa com vistas à transformação da sociedade e das práticas acadêmicas desenvolvidas no CE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos cursos de graduação e pós-graduação que vão ao encontro das demandas sociais; • Fomentar a criação de novos mestrados profissionais voltados aos movimentos sociais; • Incentivar pesquisas e práticas extensionistas voltadas para o equacionamento dos desafios da sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES PARA UM REINÍCIO PRÓXIMO

O que se buscou tecer aqui foi uma proposta coletiva, um projeto de ação política e pedagógica que contemplasse os anseios e necessidades de nossa comunidade, algo que de fato refletisse o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação. E como uma proposta não é uma lei imutável, e nem o CE é um corpo inerte, este documento não é e nem pode ser algo estanque, um produto pronto e acabado, refratário a reconsiderações e reformulações. Pelo contrário, este é um documento inicial, que pode e deve ser reformulado, adequando-se sempre às mudanças do Centro de Educação e de sua comunidade acadêmica, que, como todo corpo vivo, responde às influências do meio. Num novo momento histórico, outros problemas se colocarão, e consequentemente novas demandas no âmbito da UFSM, do país e do mundo.

Assim, tão logo se encerra uma etapa do processo, outra imediatamente se instaura, para que novos atores – estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos do CE – possam também se fazer ouvir, reiniciando o processo de reconstrução deste PPP, para que também seus anseios sejam incorporados a este documento. É desse diálogo contínuo e sempre profícuo entre o que já está e o que ainda não chegou a ser que pode emergir um verdadeiro projeto coletivo que busque a produção e a socialização do conhecimento, o desenvolvimento e a realização humana, tendo como horizonte a justiça social que todos almejamos.

REFERÊNCIAS

Obras:

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto Político-Pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola** – uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 319-326, 2007.

MARTÍN, X.; PUIG, J. **As sete competências básicas para educar em valores**. Trad. Óscar Curros. São Paulo: Summus, 2010.

MEURER, Ane Carine. **Escola de ensino médio: o caminho percorrido para a reconstrução do projeto político-pedagógico**. Tese (Doutorado em Educação) – UFBA, Salvador, 2003.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias de suas vidas. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 1992.

PANIZ, Catiane Mazocco; FREITAS, Deisi Sangoi. Formação de professores e registros pessoais: limites e possibilidades. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 499-510, set./dez. 2011.

SANTOS VELASCO, F. J. de. **Desarrollo de la competencia intercultural en alumnado universitario**: una propuesta formativa para la gestión de empresas multiculturales. Tese (Doutorado) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2004.

SILVA, Gilberto Ferreira da; RODRÍGUEZ, Flor Ángeles Cabrera. Educação intercultural em movimento: revisitando um conceito a partir do trabalho de investigação em grupo. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 121-140, jan./abr. 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola** – uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, p. 11-37, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

Documentos:

Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria (Adaptado de acordo com a Lei nº 9.394/96), Santa Maria, UFSM, 2001.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2010. Santa Maria, UFSM, 2008.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015. Santa Maria, UFSM, 2008.

Plano Nacional de Extensão Universitária (elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2000 – 2001).

Política de extensão da UFSM. Santa Maria, UFSM, 2007.

Projeto Político-Pedagógico da UFSM. Santa Maria, UFSM, 2000.

Regimento Geral da Universidade (aprovado na 421ª sessão do conselho universitário, em 9 de novembro de 1988). Santa Maria, UFSM, 1989.